

REUNIÃO DE CONJUNTURA

28/05/2018

Artigos de Conjuntura Local

O gradualismo e os jovens (Zeina Latif – 24/05/2018).....	1
Populismo de Pochmann (Samuel Pessôa – 20/05/2018).....	2
Discussão sobre combustíveis revela fragilidade do ambiente institucional (Alexandre Schwartsman – 23/05/2018)	3
<i>O longo prazo está chegando (João Marco – 24/05/2018)</i>	<i>5</i>
Uma proposta de redução dos salários via desvalorização (Paulo Fernando Nery – 23/05/2018).....	7
Um governo com apenas 11 ministérios (Nilson Teixeira – 23/05/2018)	9
Reforma da previdência em direção a sistemas multipilares (Flávio Ataliba Barreto e Alexandre Espírito Santo – 22/05/2018)	11



O gradualismo e os jovens (Zeina Latif – 24/05/2018)

Economista-chefe da XP Investimentos

* * *

Apesar dos esforços do Ministério da Fazenda para sanear as contas públicas e reduzir o risco fiscal no futuro, como na regra do teto, a estratégia de ajuste fiscal tem sido gradualista. Como consequência, não é possível afastar tempestivamente o risco de insolvência, que poderá ameaçar a estabilidade econômica recentemente conquistada.

O gradualismo não decorre de erro de diagnóstico ou falta de empenho da equipe econômica, mas sim da rigidez orçamentária. Os gastos obrigatórios comprometem, desde 2015, praticamente toda a receita líquida do governo federal. Em 2017, estes equivaleram a 101% da receita líquida, sendo 53% despendidos com a Previdência.

Não basta, portanto, a austeridade do Executivo para fazer o ajuste fiscal. O Congresso precisa ser parceiro na empreitada, aprovando reformas estruturais que reduzam o engessamento do orçamento. Não tem havido apoio para cortar gastos e, para piorar, muitas vezes o Congresso impõe derrotas ao governo, sem se preocupar de onde virá o dinheiro. O próximo presidente precisará ter muita habilidade política.

O gradualismo é mais palatável politicamente, mas implica muitos riscos. Os países ficam mais vulneráveis ao humor dos investidores e às condições de liquidez internacional.

A experiência argentina recente é exemplo disso. O governo Macri não conseguiu reduzir o déficit público (4,8% do PIB), comprometendo, assim, o ambiente econômico. O financiamento inflacionário do déficit (em 1,5% do PIB, segundo o FMI) pressiona a inflação, o que é particularmente grave em uma economia tão dolarizada. Corrói-se a credibilidade do Banco Central, que também não foi suficientemente zeloso. As contas externas são também afetadas pelo déficit público e pela inflação elevada que valoriza o peso argentino em termos reais. Estrago completo, especialmente para um país que deu calote na dívida no passado não tão remoto.

A situação brasileira é menos complexa no curto prazo, pois o governo Temer conseguiu reduzir a inflação e os fundamentos externos são sólidos. Os desafios do próximo presidente, no entanto, não serão muito diferentes daqueles enfrentados por Macri. O Brasil necessita urgentemente de reformas para consolidar a recuperação da economia e dar conta das consequências do envelhecimento do País.

Importante lembrar que o desafio será também dos governadores. Afinal, o gasto com a folha já consome em média 60% da receita líquida; e só vai crescer com o aumento do número de aposentados e pensionistas.

Uma estratégia gradualista no próximo governo, com uma reforma da Previdência tímida (assumindo que o próximo presidente terá clareza de que ela é inadiável) e agenda pobre de reformas, poderá comprometer as políticas públicas e o aumento do emprego e da renda.

Um cenário como esse será particularmente prejudicial às crianças que sofrem com a desigualdade de oportunidades, pelo colapso dos serviços públicos, e aos jovens que

adicionalmente sentirão o desemprego elevado. Mas as consequências irão se estender a todos: um país mais violento e com renda per capita praticamente estagnada.

A foto não está nada boa. O desemprego entre os brasileiros entre 18 e 24 anos chegou a 28% no primeiro trimestre deste ano. Há ainda os “nem-nem” – nem trabalham, nem estudam –, que chegaram a 23% no grupo entre 15 e 29 anos em 2017. Triste também a cifra de 170 mil jovens que abandonaram a faculdade, por conta do desemprego dos chefes de família, e os talentos perdidos para o exterior. Dobrou o número de declarações de saída definitiva do Brasil entre 2013/14 e 2017. Dos que migraram para os EUA, apenas 6% não tinham curso superior em 2017, ante 22% em 2013, segundo pesquisa da JBJ Partners.

Uma consequência desse quadro é que os jovens, naturalmente mais precipitados, ficam mais suscetíveis a discursos populistas de presidenciáveis.

Não há espaço para o gradualismo. Os jovens têm pressa e precisam ter perspectiva, em qualquer lugar do mundo. Em Gaza e no Brasil também.

Fonte: LATIF, Zeina. O gradualismo e os jovens. Disponível em:<<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-gradualismo-e-os-jovens,70002321891>> Acesso em 24 de Maio de 2018

Populismo de Pochmann (Samuel Pessôa – 20/05/2018)

Físico com doutorado em economia, ambos pela USP, sócio da consultoria Reliance e pesquisador do Ibre-FGV

* * *

O professor do Instituto de Economia da Unicamp Marcio Pochmann, responsável pelo programa do candidato do PT, em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo em 29 de abril, afirmou: "O fundamental no início do governo é um programa de emergência, que permita ao país sair da crise e voltar a crescer. Nós entendemos que a questão fiscal se resolve com volta do crescimento".

Certa feita, o presidente da Argentina Juan Perón escreveu em carta ao então presidente do Chile, Carlos Ibáñez: "Meu caro amigo: dê ao povo tudo o que for possível. Quando lhe parecer que você está dando muito, dê mais. Você verá os resultados. Todos irão lhe apavorar com o espectro de um colapso econômico. Mas tudo isso é uma mentira. Não há nada mais elástico do que a economia, que todos temem tanto porque ninguém a entende".

Para os populistas, a economia é elástica e a crise fiscal se resolve apertando o pé no acelerador e colocando a economia para crescer. Na América Latina o populismo produziu décadas de inflação e estagnação. A Argentina regride há sete décadas.

É compreensível que políticos escolham a estratégia populista. Dá resultados eleitorais. É péssimo para o país e para a sociedade e, principalmente, para os pobres --

populismo sempre leva à crise e ao desemprego--, mas traz bônus eleitorais no curto prazo.

Quando técnicos ou intelectuais prometem o Paraíso, eles escondem dos cidadãos as reais limitações da economia e os verdadeiros problemas a serem enfrentados.

Pior ainda, dão munição à pior forma de política: a que procura manipular a opinião pública em busca de votos, evitando uma discussão civilizada e adulta de nossos problemas.

O desequilíbrio fiscal representa um genuíno conflito distributivo. Se no século 19 esse embate se dava prioritariamente no âmbito do confronto entre o capital e o trabalho, hoje seus principais campos de batalha são o Tesouro Nacional e o Congresso, que é a instância que arbitra o conflito.

Sempre haverá temas técnicos. Por exemplo, qual será o efeito desta ou daquela forma de tributação sobre o crescimento? E sobre a desigualdade e pobreza? Estes e outros temas demandam o debate sério informado com o melhor aporte da academia. Mas a decisão final é política.

A teoria demonstra, e nossa história já provou, que a política preconizada por Pochmann sempre nos levou à inflação e ao desemprego. Não há nenhum indício ou estudo acadêmico sério que indique que seria diferente desta vez. E, como já disse, das formas de tentar gerir o conflito distributivo, a única pior que a inflação é a guerra civil.

Pochmann, em artigo na **Folha** na quinta-feira (17), chamou-me de paladino do governo para ricos. Mostrou os números dos lucros dos bancos no governo Temer. Se tivesse se dado ao trabalho de averiguar a lucratividade dos bancos nos anos Lula e Dilma, notaria que foi ainda maior do que no último biênio.

No início do governo Lula, Pochmann também foi contrário à focalização das políticas públicas nos mais pobres, princípio que está na base do programa Bolsa Família.

Uma das raízes da atual crise política foi uma campanha eleitoral em que se esconderam da sociedade seus limites, escolhas e conflitos. Repetir a estratégia, fugir a um debate civilizado e adulto, levará ao aprofundamento da crise.

Não adianta negar as restrições do mundo, pois a conta sempre chega. Na Argentina de Perón, na Argentina hoje e no futuro que Pochmann propõe.

Fonte: PESSÔA, Samueal. Populismo de Pochmann. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/samuelpessoa/2018/05/populismo-de-pochmann.shtml>> Acesso em 24 de Maio de 2018

Discussão sobre combustíveis revela fragilidade do ambiente institucional (Alexandre Schwartzman – 23/05/2018)

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

* * *

Enquanto escrevo, caminhoneiros protestam contra o aumento do diesel, poucos dias depois de o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco, afirmar que o governo quer discutir a política de preços dos combustíveis.

Segundo o ministro, “está subindo demais”, aventando a possibilidade de reavaliação dos impostos, além da política de preços da Petrobras. São ambas péssimas ideias, embora possam, como é, infelizmente, comum no Brasil, prosperar ambas.

A origem da questão é o aumento dos preços internacionais de petróleo e derivados. O barril de Brent subiu de US\$ 45 para perto de US\$ 80 de meados do ano passado para cá, na esteira de problemas geopolíticos (a crise com o Irã), bem como o colapso da produção na Venezuela. A ele se soma a valorização global do dólar, cujas repercussões domésticas analisamos na semana passada.

Nesse contexto, deveria a Petrobras ignorar o ocorrido e manter os preços de derivados isolados dos mercados internacionais? A resposta é um sonoro não, por pelo menos dois motivos.

Do ponto de vista da empresa, essa política seria ruínosa. Não se trata de especulação, mas simples observação dos efeitos destrutivos dessa mesma posição adotada durante o governo anterior para evitar aceleração ainda maior da inflação. Foram anos de perdas multibilionárias para a empresa, R\$ 81 bilhões (a preços de 2017), acumuladas entre 2014 e 2016, que contribuíram para transformá-la na empresa de petróleo mais endividada do mundo.

Já do ponto de vista de funcionamento de mercados, há problemas com esse tipo de política. Preços mais elevados de uma mercadoria sinalizam a necessidade de reduzir seu consumo em nome da eficiência econômica. Quando se impede o funcionamento dessa sinalização, o consumo não cede e precisamos entregar mais mercadorias em troca daquela, mercadorias que poderiam ser destinadas à aquisição de produtos que entregassem o mesmo bem-estar, ou ainda mais.

Note-se que essa mesma crítica se aplica a medidas de redução da carga tributária sobre combustíveis fósseis, pois interferem com a reação de mercado. Sim, há sempre a possibilidade de argumentar que a tributação em si já afeta o funcionamento do mercado, mas noto que:

a) há consequências negativas no uso de combustíveis fósseis (poluição, por exemplo) que não são integralmente capturadas nos preços, justificando em alguns casos a tributação;

e b) uma coisa é discutir o nível correto da tributação de combustíveis, outra, bastante distinta, é alterar impostos para mascarar a flutuação de preços sem maiores ponderações sobre seus efeitos colaterais.

Por fim, muito embora os R\$ 5,7 bilhões/ano arrecadados pela Cide representem parcela irrisória (cerca de 0,5%) da receita do governo federal, o quadro fiscal é grave o suficiente para não justificar medidas de renúncia tributária, ainda mais no caso da gasolina, que beneficiaria desproporcionalmente a parcela mais rica da população.

Mesmo que essas propostas não se concretizem, essa discussão é reveladora da fragilidade do ambiente institucional brasileiro.

Regras existem precisamente para dar previsibilidade, e não apenas econômica, para quem vive em sociedade. Se formos discutir mudança de regras em reação a cada evento que nos contrarie, não é difícil concluir que o quadro institucional não é estável.

E ainda há quem procure a razão do baixo investimento no país...

Fonte: SCHWARTSMAN, Alexandre. Discussão sobre combustíveis revela fragilidade do ambiente institucional. Disponível em:
<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2018/05/discussao-sobre-combustiveis-revela-fragilidade-do-ambiente-institucional.shtml>> Acesso em: 24 de Maio de 2018

O longo prazo está chegando (João Marco – 24/05/2018)

João Marco Cunha é mestre em economia pela FGV-Rio e doutor em engenharia elétrica pela PUC-Rio.

* * *

Um dos mais proeminentes economistas do século passado, John Keynes, afirmou que, no longo prazo, estaremos todos mortos. A simplicidade quase tautológica que a frase transmite à primeira vista esconde sua verdadeira profundidade. Isso porque, em economia, o longo prazo denota um período de tempo teórico para o qual todos os fatores de produção são ajustáveis, permitindo às firmas operarem no ponto de mínimo custo médio para o nível de produção escolhido. Além disso, seria tempo hábil para livre entrada e saída de empresas no mercado. Trata-se, portanto, de uma situação de equilíbrio mais forte que o de curto prazo. Por conta disso, atraiu grande atenção por parte dos economistas teóricos e virou tema obrigatório de graduação.

Saindo da teoria em direção à economia do mundo real, porém, a situação é bastante mais complicada. Diversos choques tecnológicos afetam as curvas de custo, setores inteiros da economia simplesmente deixam de existir enquanto outros surgem, empresas incumbentes usam o poder de mercado para evitar a entrada de concorrentes etc. Em suma, as condições de longo prazo variam e a convergência para elas parece tão lenta que é difícil afirmar categoricamente que esteja acontecendo. Esse é o ponto da frase, não faria sentido discutir uma situação tão distante da realidade a ponto de demorar mais que uma vida para ser atingida.

Essa máxima, porém, está sendo desafiada (pelo menos, em parte) pelos incríveis avanços tecnológicos recentes e não é através do aumento expressivo da expectativa de vida da população. Estudiosos especulam que haverá pessoas de hoje ainda vivas em 2150, mas você não precisará ser uma delas para testemunhar uma economia muito mais parecida com a da teoria de longo prazo do que Keynes jamais vislumbrou.

Custos que costumavam ser fixos, cada vez mais, se tornam variáveis. Um caso emblemático dessa tendência está no segmento da informática. Há não muito tempo, as empresas de setores que demandam alta capacidade de processamento de dados tinham que dispor de computadores de grande porte, alocados dentro das suas instalações. Hoje

em dia, é possível realizar processamento sob demanda na nuvem, utilizando servidores localizados em lugares distantes ao redor do mundo.

Mas os exemplos desse fenômeno vão muito além. Os escritórios, que costumavam estar em imóveis próprios ou alugados por longos períodos, agora podem funcionar em espaços compartilhados, com grande modularidade para se adequar a mudanças na necessidade das empresas, além de custarem menos. O mesmo vale para logística e distribuição, frotas de automóveis e outras estruturas. Em alguns segmentos, os próprios processos de fabricação já estão enquadrados nesse novo paradigma.

Tudo isso só se tornou viável com progresso tecnológico aplicado à gestão, automação, comunicação entre máquinas, captura e armazenamento de dados, entre outras finalidades. Além disso, a disponibilidade de grandes bases de dados e as novas técnicas adequadas à sua análise têm permitido que as empresas entendam melhor os seus consumidores e prevejam com mais precisão o seu comportamento. Com isso, é possível um planejamento mais acurado da produção, o que reduz custos.

Da mesma forma que o grande volume de dados ajuda as empresas, os consumidores também têm a oportunidade de fazer amplas pesquisas de preço com pouquíssimo esforço. Essa possibilidade reduz o poder de mercado das companhias, inibindo a prática de sobrepreço, mesmo com um número relativamente pequeno de concorrentes. Também fica menos atraente a formação de cartéis, uma vez que, com consumidores mais informados, a empresa que fura o cartel consegue apropriar-se de uma parcela grande do mercado de maneira rápida.

Outro efeito desse mesmo fenômeno que tende a tornar a economia real mais próxima da teórica de longo prazo é a facilidade para a criação de novas empresas. Com a substituição de custos fixos por variáveis, as empresas em estágio inicial têm custos menores. Portanto, a necessidade de capital para a abertura diminui. Isso explica, em alguma medida, a recente explosão no número de start-ups, espalhada geográfica e setorialmente. Essas novas companhias reduzem o poder de mercado de grandes empresas estabelecidas, aumentando a competição e minorando preços.

Via de regra, os avanços tecnológicos reduzem preços, e isso está ocorrendo através de diversos vetores na revolução atualmente em curso. Mas, além disso, o que mais podemos esperar dessa "nova economia de longo prazo"? A resposta pode ser encontrada nos livros-texto dos cursos iniciais de microeconomia.

Como já foi dito, com a possibilidade de ajustar todos os fatores de produção, as firmas produzem sempre no nível de mínimo custo médio, o que é um canal a mais de diminuição do nível de preços. Adicionalmente, como as empresas têm agilidade para alterar a quantidade produzida, as respostas aos choques são menos baseadas em preço, deixando-os mais estáveis ao longo do tempo. Porém, pela mesma razão, a política monetária torna-se menos potente uma vez que uma parcela maior da resposta das empresas à ação da autoridade monetária será via quantidade, e não via preço.

No Brasil, vivemos, concomitantemente, as menores taxas de juros nominais desde a implantação do Plano Real e níveis de inflação muito baixos para os nossos padrões, aquém das expectativas dos analistas. Nesse contexto, é pertinente que nos indaguemos sobre em que medida a baixa inflação atual é causada pela revolução tecnológica que,

por aqui, é potencializada pela nova Lei Trabalhista, que flexibiliza significativamente a utilização do fator de produção trabalho. É possível que as mudanças no comportamento dos preços já sejam relevantes.

O longo prazo está chegando, e essa é uma notícia alvissareira. Dado que estaremos (quase) todos vivos, é bom que entendamos o que isso representa. Afinal, como o próprio Keynes disse, "a dificuldade reside não tanto em desenvolver novas ideias mas em escapar das antigas". Amém!

Fonte: CUNHA, João. O longo prazo está chegando. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5545879/o-longo-prazo-esta-chegando>> Acesso em: 24 de Maio de 2018

Uma proposta de redução dos salários via desvalorização (Paulo Fernando Nery – 23/05/2018)

Pedro Fernando Nery, mestre em Economia, é consultor legislativo.

* * *

Voltou com força no debate de política econômica a controversa proposta de desvalorização do câmbio para combater a desindustrialização. Ela tem sido vocalizada pelo professor Nelson Marconi, da FGV-SP, coordenador do programa de governo do ex-ministro Ciro Gomes à Presidência da República. Em artigo na "Folha de S. Paulo" no início de maio, Marconi argumenta que "ainda há muito a discutir e detalhar, como é natural nessa etapa do jogo". Na verdade, há um livro inteiro sobre a proposta, assinado por Marconi e outros dois colaboradores da campanha, os professores Bresser-Pereira e José Luis Oreiro. É um texto muito mais claro do que os posicionamentos recentes de Marconi, principalmente sobre a redução dos salários.

A tese da macroeconomia desenvolvimentista destaca a importância da indústria. Conforme Marconi na "Folha", os países que mais se desenvolveram na história e que assim continuam são os que investiram fortemente na indústria. Entretanto, como este setor está exposto à competição internacional, seria necessário combater a valorização da moeda. Ao Valor, o professor apontou que a taxa ideal de câmbio deveria ser estar R\$ 3,80 e R\$ 4.

O livro Macroeconomia Desenvolvimentista, de 2016, detalha o plano com uma clareza que os seus entusiastas não têm compartilhado na campanha. De especial interesse é o capítulo 21, sobre a "economia política da desvalorização", ou seja, sobre a estratégia de implantar o modelo. "Por que os trabalhadores aceitariam uma redução dos salários?" é o título da primeira seção.

O que se segue são raciocínios claros, mas com grandes dificuldades de serem selecionados pelo debate eleitoral. Os autores explicam que "a taxa de câmbio tem alguns efeitos sobre o salário real que tornam politicamente difícil desvalorizá-la de modo a alcançar o equilíbrio industrial". Quais efeitos? A curto prazo ela "ocasionará uma diminuição de todos os rendimentos, inclusive do salário real".

Uma primeira opção para implantar o programa diante desta dificuldade política seria a redução dos lucros, mas admite-se que ela faria "pouco sentido" porque a desvalorização é promovida justamente porque o lucro já está abaixo do "nível satisfatório para as empresas investirem".

Então há um problema: a "resistência ao declínio dos salários reais" já que os salários nominais são indexados. A desvalorização do câmbio nominal deixaria de provocar o efeito desejado de desvalorizar o câmbio real e reduzir os salários reais, pela atuação da classe trabalhadora.

Quando isso acontece, as desvalorizações "resultarão em um processo de aceleração da inflação", e não na desvalorização real, "bloqueando assim a necessária mudança do regime de política econômica".

Haveria uma saída. A solução é a formação de uma coalizão de classes, de empresários industriais e de trabalhadores que escolhem reduzir o salário real no presente pela promessa de uma taxa de maior de crescimento no futuro. A solução de Marconi e coautores soa terrivelmente ingênua: "Acreditamos que se houvesse um bom debate entre os empresários industriais e os trabalhadores intermediados pelo governo, os trabalhadores não teriam dúvidas em aceitar o ajuste". Estamos falando do país que não consegue sequer pactuar novas regras da Previdência na iminência de um colapso fiscal (aliás, a própria campanha ainda reluta em admitir mudanças no INSS).

O plano de empobrecimento dos trabalhadores tem mais detalhamentos, mas continua pouco crível. Sindicatos estariam dispostos a aceitar a redução do salário porque seriam convencidos de que os salários atuais são artificialmente altos e insustentáveis, derivados do câmbio sobrevalorizado. A perda seria compensada por mais empregos industriais, que são "melhores". Ao contrário, haveria desindustrialização, o que não interessa à classe trabalhadora.

Haveria um segundo motivo para apoiar o plano: a desvalorização do câmbio e redução dos salários, ao neutralizar a doença holandesa, aumentariam a exportação de manufaturados e, logo, "a taxa de acumulação do capital". Para os trabalhadores, o aumento da acumulação do capital a partir da redução dos salários seria benéfico porque permitiria acelerar o crescimento econômico. A produtividade e os salários reais aumentariam em um segundo momento.

Não existe no trabalho estimativa de por quanto tempo duraria em um governo a "transição", do salário reduzido para o novo salário, que seria maior do que na trajetória anterior. Há apenas exercício hipotéticos. A perda de salário poderia ser de 6% no primeiro ano e revertida em 2 anos, sendo necessários mais 2 anos para que o salário ficasse maior do que seria sem o ajuste. Em outro exercício, a reversão demora mais: 3 anos para recuperar as perdas, e outros 2 para ser maior do que seria sem a mudança: "Esse não é um período longo em vista dos benefícios de longo prazo para a classe trabalhadora". Parece tempo demais para um mandato presidencial (e para uma legislatura).

A queda dos salários e o aumento da inflação, temporários, não seriam obstáculos insuperáveis. Seria perfeitamente possível a formação da coalizão pela desvalorização,

desde que o governo não seja dominado pelo populismo cambial e "preferência por consumo imediato".

A viabilidade da coalizão da redução dos salários, com a promessa de queda por apenas alguns anos, deve ser testada no período eleitoral - exatamente quando democracias discutem projetos para o país. Marconi fecha seu texto na "Folha" dizendo que estão lutando para melhorar a qualidade do debate, fundamental para o Brasil neste ano. Então é importante que as propostas como a desvalorização cambial (e a capitalização da previdência, aliás) sejam colocadas com mais clareza e menos glamour, com a explicitação dos seus custos e riscos, sob pena de serem percebidas como mero escapismo diante dos gigantescos desafios nacionais.

Fonte: NERY, Paulo. Uma proposta de redução dos salários via desvalorização. Disponível em: < <http://www.valor.com.br/opiniao/5542665/uma-proposta-de-reducao-dos-salarios-desvalorizacao>> Acesso em 24 de Maio de 2018.

Um governo com apenas 11 ministérios (Nilson Teixeira – 23/05/2018)

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia, escreve quinzenalmente neste espaço.

* * *

O Brasil possui 23 ministérios (orçamento para 2018 em bilhões de reais): Desenvolvimento Social (700); Saúde (131); Educação (109); Defesa (101); Trabalho (91); Fazenda (31); Transportes, Portos e Aviação Civil (22); Justiça (16 - partilhados com Segurança Pública); Segurança Pública; Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (13); Agricultura, Pecuária e Abastecimento (12); Cidades (11); Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (7); Minas e Energia (7); Integração Nacional (7); Meio Ambiente (3,5); Relações Exteriores (3,1); Indústria, Comércio Exterior e Serviços (2,8); Cultura (2,5); Esporte (1,4); Turismo (1,1); Transparência, Fiscalização e CGU (1,0); e Direitos Humanos (0,4).

Além disso, os chefes da Casa Civil, da Secretaria de Governo - coordenação política -, da Secretaria Geral da Presidência, do Gabinete de Segurança Institucional, da Advocacia Geral da União e do Banco Central têm status de ministério. Isso totaliza 29 cargos com status de ministro. A quantidade era bem maior antes, tendo alcançado 39 ministros em 2015. Nesse ano, a presidente Dilma Rousseff diminuiu o número para 31. Os defensores de um maior número de ministérios argumentam que essa estratégia fortalece a base de apoio do governo no Congresso e aprimora a governabilidade, com cada ministério melhorando o atendimento de temas específicos. Os contrários a essa visão defendem que um menor número eleva a eficiência, diminui a burocracia, amplia a influência das ações prioritárias de cada ministério junto à Presidência e reduz os custos do governo.

Eu me alio a esses últimos. As evidências confirmam que a criação desses órgãos não sustenta uma coalizão de governo forte e nem melhora a eficiência das políticas públicas. Ao contrário, aumenta as despesas do governo, mesmo que marginalmente, e a

burocracia. Por exemplo, a criação do Ministério da Desburocratização em 1979 não reduziu a burocracia. A recente criação do Ministério da Segurança Pública também não diminuirá por si só a violência. Ademais, não há nenhuma indicação de que o corte do número de ministérios em 2015 e 2016 prejudicou o progresso das políticas de governo.

A grande maioria dos países desenvolvidos possui uma quantidade menor de ministérios do que o Brasil: Alemanha (14), Canadá (30), Cingapura (20), Coreia do Sul (18), Espanha (12), Estados Unidos (15), França (16), Itália (13), Portugal (17), Reino Unido (21), Suíça (7) e Suécia (10). Também entre os emergentes, são poucos os países com um número maior de ministérios: África do Sul (35), Argentina (17), Colômbia (16), China (25), Índia (49), México (18), Peru (18), Polônia (20) e Rússia (22).

A comparação do Brasil com outros países exige atenção, pois há muitas particularidades. O Brasil não precisa de um ministério para tratar de veteranos das forças armadas, como nos EUA. Do mesmo modo, ao contrário do Brasil, há países, como a Rússia, com questões geopolíticas complexas, que mantêm ministérios para tratar dessas regiões.

A literatura tampouco fornece métodos robustos para a determinação do número ótimo de ministérios e, muito menos, a melhor alocação dos vários temas em cada órgão. Essa definição depende de questões locais e das preferências dos governos.

Apesar da sua redução nos últimos anos, o Brasil ainda tem mais ministérios do que o necessário. A fusão de alguns deles e a extinção do status de ministro de alguns cargos melhorariam a eficiência do governo. É possível reorganizar o Estado com apenas 11 ministérios e 14 ministros. Por ordem decrescente de orçamento, os ministérios seriam: 1- Desenvolvimento Social, Cidades e Integração Nacional; 2- Saúde; 3- Educação, Cultura e Esportes; 4- Defesa e Segurança Institucional; 5- Trabalho; 6- Fazenda e Planejamento, Gestão e Orçamento; 7- Indústria, Minas e Energia, Serviços, Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Comércio Exterior e Turismo; 8- Transporte, Portos e Aviação Civil; 9- Justiça, Direitos Humanos e Segurança Pública; 10- Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente e Abastecimento; e 11- Relações Exteriores.

Os outros três cargos com status de ministro seriam: Casa Civil, Transparência, Fiscalização e CGU; Secretaria de Governo; e Advocacia Geral da União. O presidente do Banco Central e o chefe da Secretaria Geral da Presidência perderiam esse status, mas manteriam sua vinculação direta à Presidência. Naturalmente, o nome de alguns ministérios mudaria.

Nesse contexto, o Congresso poderia aprovar a autonomia formal do Banco Central e mandatos fixos para seus presidente e diretores, como é o caso nas nações desenvolvidas e nos países com regime de metas de inflação. A redução do número de ministérios também poderia ser complementada com a restrição de indicações políticas para cargos abaixo do terceiro escalão. Isso valorizaria os servidores de carreira e reduziria a descontinuidade nas trocas de governo.

Essa reestruturação também poderia incluir um plano de realocação dos servidores. Como a crise fiscal dificulta a realização de concursos públicos e os programas de demissão voluntária têm baixa adesão, o governo poderia instituir provas

internas para realocar os funcionários concursados subutilizados em outras atividades para áreas com maior demanda.

Em suma, o presidente eleito precisará angariar apoio da população para aprovar em 2019 medidas que eliminarão privilégios de alguns setores e direitos "adquiridos" da maioria dos trabalhadores. O governo daria um belo exemplo para a sociedade se reduzisse o número de ministros. O próximo presidente poderia montar um governo bem mais enxuto e eficiente, com 11 ministérios e apenas 14 ministros, em vez dos atuais 29. O resultado financeiro da medida seria pouco expressivo, mas a sua mensagem seria poderosa. Como sugere o ditado popular, o exemplo tem que vir de cima.

Fonte: TEIXEIRA, Nilson. Um governo com apenas 11 ministérios. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniaio/5542669/um-governo-com-apenas-11-ministerios>> Acesso em 24 de Maio de 2018

Reforma da previdência em direção a sistemas multipilares (Flávio Ataliba Barreto e Alexandre Espírito Santo – 22/05/2018)

Flávio Ataliba Barreto é professor do CAEN da Universidade Federal do Ceará e diretor-geral do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).

Carlos Alberto Manso é doutor em Economia e consultor.

* * *

O país tem procurado corrigir, nas últimas décadas, a sua matriz de financiamento previdenciário alterando constantemente os parâmetros, especialmente aqueles referentes à idade de aposentadoria, contribuições e benefícios. Isso, porém, além de não ter produzido uma solução permanente para o problema, tem gerado maiores distorções. A causa, para tanto, está na natureza do sistema de repartição. Nesse modelo, os trabalhadores ativos contribuem para os atuais aposentados com a certeza de que, quando se tornarem inativos, outras gerações financiarão seus benefícios. Como esse contrato social entre gerações deve ser garantido pelo Estado, sua sustentabilidade financeira é profundamente desafiadora.

Relacionadas à dificuldade de se manter esse mecanismo no Brasil, ao menos três fortes ameaças podem ser citadas. Em primeiro lugar, o processo contínuo de redução da taxa de natalidade e envelhecimento da população tem determinado um número cada vez menor de ativos para financiar os inativos. Em segundo, os trabalhadores mais qualificados e de mais alta renda vêm reduzindo sua participação na base de contribuição do Regime Geral da Previdência Social (RGPS), pelo fenômeno conhecido por "pejotização". O terceiro ponto se refere às mudanças estruturais que estão ocorrendo no mercado de trabalho, especialmente devido à revolução tecnológica digital, com a consequente troca da relação de trabalho assalariada formal por novos empregos no setor de serviços. Assim, com menos trabalhadores formais e retração na base de contribuição salarial, o sistema apresentará problemas permanentes no seu financiamento, exigindo, portanto, uma mudança estrutural e definitiva.

O caminho sugerido, para tanto, é a migração parcial do atual sistema - majoritariamente de repartição - para um sistema multipilar com parte capitalizada, o qual é bastante comum em vários países, inclusive nos nossos vizinhos na América Latina. Nessa direção, ter-se-ia um primeiro pilar não contributivo, que garantisse, com recursos explícitos do Tesouro, uma renda mínima para o idoso em situação de vulnerabilidade social. O segundo pilar seria composto por um sistema contributivo de repartição, mas com o estabelecimento de um teto máximo inferior aos atuais R\$ 5.645,80 do RGPS. Por fim, o terceiro seria capitalizado em poupanças individuais, com contribuições acima desse novo teto. Ao se separar os pilares, os objetivos que os sistemas de previdência devem atender ficam mais explícitos. Além disso, outras vantagens do regime multipilar capitalizado, comparado ao de repartição puro, podem ser citadas:

Regras mais estáveis no tempo. Na medida em que se reduz o pilar de repartição do novo sistema, menos ajustes serão necessários no futuro, possibilitando, assim, um maior horizonte de decisões dos agentes econômicos, o que contribui para a melhoria do ambiente de negócios. O avanço, nesse caso, é que se possa perseguir regras e não discricionariedades.

Menor dependência dos ciclos econômicos. Como o sistema de repartição tem seu financiamento baseado principalmente sobre a folha de salários e o emprego, as flutuações econômicas afetam com mais intensidade esse desenho, comparativamente a sistemas multipilares, no qual os riscos são mais divididos.

Fortalecimento dos incentivos. Uma importante premissa para um sistema previdenciário é que o vínculo entre contribuições e benefícios seja o mais forte possível. Quanto mais estreita essa relação, mais as pessoas se sentem motivadas a participar do sistema. O inverso disso ocorre quando as contribuições são frequentemente elevadas e os benefícios permanentemente reduzidos. Por outro lado, quando se aumenta a porção capitalizada do sistema, a tendência é a de fortalecimento desse vínculo, já que há uma correspondência direta entre a contribuição, o saldo de recursos acumulados e o horizonte de recebimentos futuros.

Efeito positivo sobre a poupança agregada. Os sistemas de repartição tendem a deprimir a taxa de poupança, na medida em que a propensão média a consumir aumenta quando há transferência de renda entre jovens que poupam para idosos que não poupam. Os sistemas capitalizados, por sua vez, tendem a ser mais atraentes, por apresentarem uma taxa de retorno (taxa real de juros) superior à do sistema de repartição (crescimento populacional + produtividade), estimulando, assim, o desenvolvimento do mercado de capitais e uma base de financiamento mais consistente para os investimentos de longo prazo.

Entretanto, é importante ressaltar que sistemas mais capitalizados possuem também ameaças, especialmente relacionadas às decisões de investimentos dos fundos acumulados. Dessa forma, é necessário um eficiente desenho regulatório para minimizar esses riscos envolvidos. Noutro aspecto, a maior dificuldade, porém, é como financiar a transição entre os dois sistemas. Os passivos que surgem são representados pelas devoluções daquelas contribuições feitas a maior sobre o teto mais elevado, de pessoas que ainda não estão aposentadas, e do esforço fiscal adicional que se necessita para

financiar os benefícios das pessoas que recebem o valor máximo, mas que terão contribuições menores. A discussão em torno da viabilidade da transição para o regime multipilar com capitalização será apresentada num próximo artigo.

Fonte. BARRETO, Flávio; SANTO, Alexandre. Reforma da previdência em direção a sistemas multipilares Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5539609/reforma-da-previdencia-em-direcao-sistemas-multipilares>> Acesso em 24 de Maio de 2018

DISCLAIMER

O presente material é meramente informativo, genérico e não configura consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento, instrumento ou produto específico em qualquer jurisdição ou mercado, nacional ou internacional. Embora as informações e opiniões aqui expressas tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé quando da publicação, estas não foram independentemente conferidas ou validadas e nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. A Pragma Gestão de Patrimônio Ltda (“Pragma”) não se responsabiliza pela publicação acidental de dados incorretos e as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitas a alteração, reprocessamento e/ou reprecificação sem aviso prévio. As matérias, artigos, relatos e entrevistas contidos neste documento e em seus anexos são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento da Pragma. Este documento não pode, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizado, divulgado, alterado, impresso ou copiado, total ou parcialmente, sem prévia autorização da Pragma tampouco poderá ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde sua divulgação ou uso seja contrário às leis ou regulamentos vigentes ou em que o recipiente do documento não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços, opiniões ou análises deste material. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante solicitação.